

Americanos aplaudem explosões em Roraima

WASHINGTON — A decisão do presidente Fernando Collor de mandar dinamitar as pistas de pouso clandestinas construídas por garimpeiros em terras ianomamis, em Roraima, provocou uma reação de otimismo no chefe da Divisão de Meio Ambiente na América Latina do Banco Mundial, Robert Goodland, que se declarou entusiasmado com a reforma agrária brasileira. "A reforma agrária é a medida mais importante para a preservação da Amazônia", afirmou Goodland ontem, durante simpósio sobre política ambientalista brasileira promovido pela Fundação Nacional para a Vida Selvagem (NWF).

O ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, que foi a Washington receber um prêmio da NWF por ter criado uma área de quatro milhões de acres de reservas extrativistas na Amazônia, também elogiou a decisão do presidente que ganhou a primeira página do New York Times ontem.

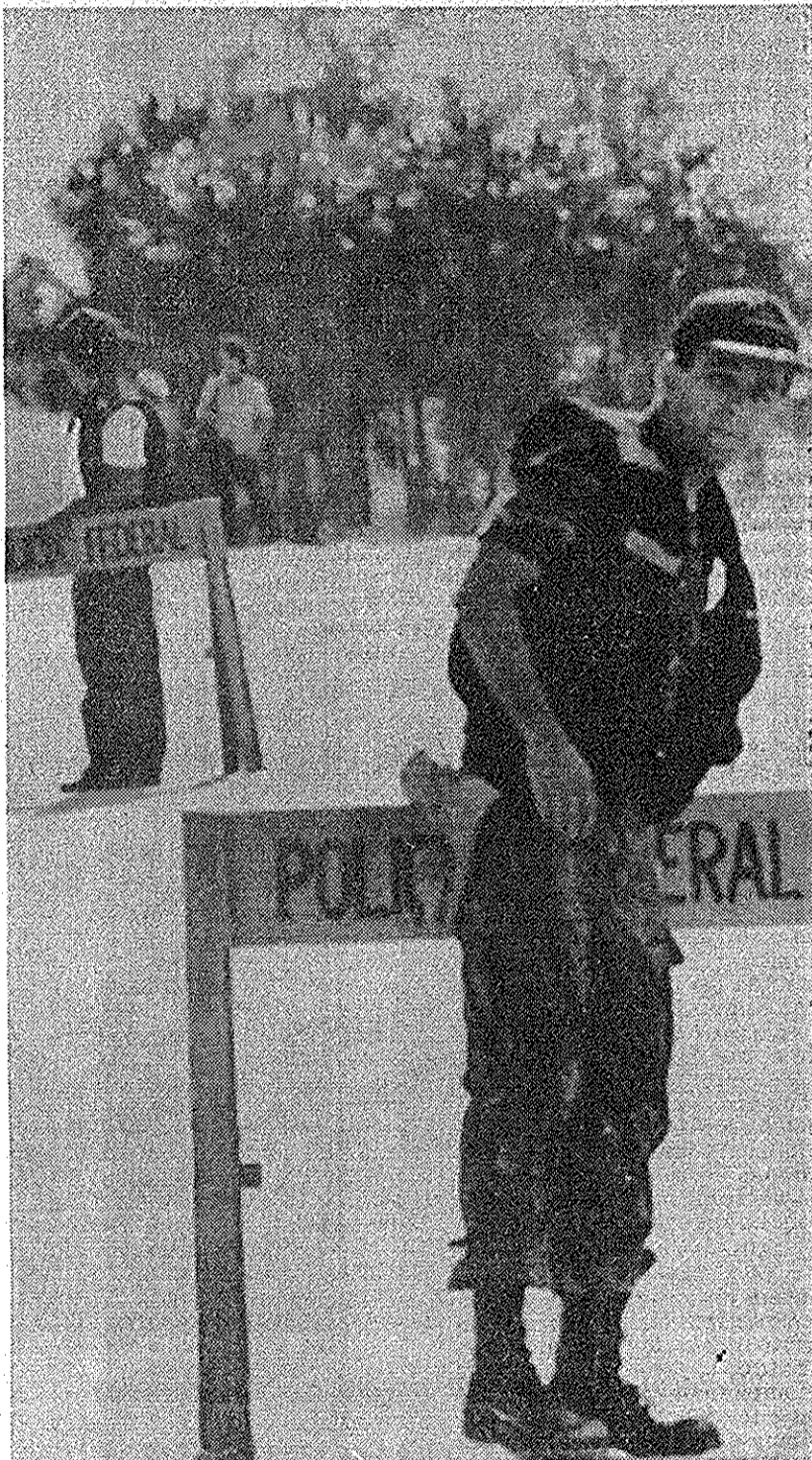
"Acho que é preciso partir para ações duras, enérgicas, sérias. Sou a favor de que se desativem os campos de pouso em Roraima e outros que estejam sendo usados ilegalmente pelos garimpeiros", afirmou Mesquita. "É uma providência que está vindo muito tarde. O próprio governo Sarney deveria ter feito isso", Mesquita era o responsável pela política ambiental do governo Sarney.

Um ecologista que pediu sigilo em torno de seu nome afirmou que a "colonização na Amazônia gera pobreza e deve ser controlada, pois está crescendo a uma média de 2,8% ao ano". Vera Machado, responsável pelos assuntos de meio ambiente da Embaixada do Brasil em Washinton, lembrou que "a pior poluição é a pobreza" e pediu uma maior cooperação financeira e tecnológica internacional para a Amazônia. O antropólogo Mauro Almeida, assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), afirmou que "o próximo grande teste será o de definir o status legal das terras extrativistas".

O vice-presidente do CNS, Pedro Ramos, terminou sua longa exposição sobre a vida na floresta, a sabedoria natural dos índios e a miopia de quem só procura o lucro imediato com uma frase de efeito: "A natureza não chora, não grita, mas se vinga". A frase foi retomada mais tarde pelo ecologista Daniel Nepstad, sob a justificativa de que ela "resumiu tudo o que tenho a dizer". Só que ele não parou por aí e acrescentou: "Há mercúrio detectado em amostras de fumaça colhidas na Amazônia".

O antropólogo Stephan Schwartzman, do Fundo de Defesa do Meio Ambiente, sugeriu que se dê ao Brasil a chance de mudar a imagem associada ao crime ecológico por outra, a de país líder mundial da preservação da natureza. E Fernando César Mesquita concluiu: "Estou certo de que é possível conter a devastação".

(Moisés Rabinovici)



José Paulo Lacerda/AE-16/1/90

Agentes da PF em Roraima, em janeiro: missão impossível

Para Tuma, explosões são a 'única solução'

BRASÍLIA — A dinamitação das pistas clandestinas abertas nas reservas dos índios ianomamis, em Roraima, "não traz prejuízos ao meio ambiente", garantiu ontem o diretor da Polícia Federal (e secretário da Receita Federal) Romeu Tuma, ao receber solicitações de várias entidades ecológicas internacionais para acompanhar os trabalhos. A Secretaria Nacional do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) preferiram, porém, estudar os detalhes da operação para constatar se haverá impacto ambiental. A Fundação Nacional do Índio (Funai) indicará o número de pistas que serão preservadas — "três ou quatro", segundo Tuma.

Na semana que vem, o diretor da PF reunirá os órgãos envolvidos e as Forças Armadas para planejar a destruição. "A única solução é explodi-las com dinamite", alertou Tuma, lembrando da tentativa malsucedida realizada, em janeiro e fevereiro, em Roraima, quando os agentes da PF interditaram algumas pistas com troncos de árvores — logo retirados pelos garimpeiros. O departamento de material bélico do Exército calcula que serão necessárias dez banananas de dinamite para destruir cada uma das pistas. Receberá Crs 240 mil da Polícia Federal para a compra dos explosivos, pois é a única instituição pública brasileira com técnicos e equipamentos capazes de realizar a tarefa.